

# EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO BRASIL

FLÁVIO CHEDID HENRIQUES  
VANESSA MOREIRA SÍGOLO

*A recuperação de empresas por trabalhadores/as no Brasil remonta a histórias da década de 1980, que ganharam impulso na década de 1990, com a grave crise causada pelas políticas econômicas neoliberais. Com o crescimento vertiginoso do número de falências em meados da década de 1990 e o surgimento de instituições de apoio às fábricas em falência, como a ANTEAG, a UNISOL e o Movimento de Fábricas Ocupadas, vivenciamos entre 1995 e 2005 o surgimento da maior parte dos casos em que trabalhadores/as evitaram a falência de suas empresas e passaram a organizar a produção de bens e serviços sem a presença de patrões.*

**E**m 2010, dez universidades brasileiras fundaram o Grupo de Pesquisa e Extensão em Empresas Recuperadas por Trabalhadores/as (GPERT) e com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) organizou um mapeamento nacional de empresas recuperadas por trabalhadores (ERTs).

Em três anos, visitamos 57 experiências e identificamos a existência de 67 casos de ERTs em funcionamento no país, assim como outras 78 iniciativas que já haviam encerrado atividades. A partir do banco de dados de um mapeamento nacional de economia solidária (realizado anteriormente pelo governo em parceria com organizações da sociedade civil e universidades,



Reunião de trabalhadores na ERT Usina Catende.  
Créditos: Flávio Chedid Henriques

abordando empreendimentos cooperativos e associativos de forma mais ampla), investigamos a história de mais de uma centena de empresas recuperadas e estimamos que o Brasil chegou a ter cerca de 200 ERT.

Na pesquisa, em primeiro lugar, buscamos dados básicos dos casos, como a localização das empresas, o número de trabalhadores/as, assim como seus perfis, o ano de início e informações gerais sobre sua história e organização. Identificamos ERTs em quatro das cinco regiões do país, sendo o centro-oeste a exceção. A maior parte das iniciativas estava concentrada nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, o conjunto de casos somava cerca de 12 mil trabalhadores/as e a maioria (60%) era de empresas com até 100 trabalhadores/as. Parte significativa (cerca de 50%) realizou alguma medida de força, como acampamento e/ou greve, para lutar pela recuperação.

Também buscamos entender a relação dessas experiências com movimentos sociais e a maioria indicou ter tido apoio de sindicatos. As principais organizações de referência citadas foram a AN-

TEAG, a UNISOL Brasil, o Movimento de Fábricas Ocupadas e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Entretanto, muitas experiências não tinham ligações com movimentos sociais ou entidades de representação.

Analisamos também as mudanças relatadas no cotidiano do trabalho e os principais destaques foram relacionados à: descentralização, redução de hierarquias, maior acesso à informação; maior rodízio de atividades, colaboração e motivação para o trabalho; maior flexibilidade, autonomia e liberdade; melhorias nas condições e na segurança do trabalho (mais de 70% indicou ter reduzido o número de acidentes); e redução das diferenças de remuneração (com o valor médio de 4,7 entre o maior e menor salário).

Em anos posteriores, o grupo realizou algumas atualizações do mapeamento de casos no país e constatou a redução do número de experiências brasileiras, com o fechamento de empresas e o não surgimento de novas lutas pela recuperação de empresas por trabalhadores/as. Todavia, há casos que seguem ativos no país há mais de 20



anos e apesar da recuperação de empresas e da autogestão não estarem na pauta da maior parte dos debates políticos atuais, essas histórias de resistência coletiva apontam aprendizados importantes às lutas do nosso tempo presente.

### **Potencialidade das experiências**

Após as imersões em campo feitas pelo GPERT, um dos principais questionamentos com o qual nos envolvemos diz respeito às possibilidades concretas dessa estratégia de resistência e luta para a organização da classe trabalhadora. É possível disseminar a prática de recuperação de empresas no país? Há uma transformação objetiva das condições de trabalho nas ERTs? A sua crítica ao modelo capitalista de organização do trabalho contribui na formação da classe trabalhadora?

Após o primeiro mapeamento, o GPERT iniciou em 2014 atividades de assessoria a algumas ERTs. No Rio Grande do Norte, realizamos um trabalho da UFRN com a COMTERN, primeira empresa re-

cuperada conhecida no Brasil, de 1982. Em Santa Catarina, trabalhamos com a COOPERMINAS, caso emblemático que também emergiu nos anos 1980, vinculada à ANTEAG. E, em São Paulo, um conjunto de universidades se reuniu para assessorar a Flaskô, ligada ao Movimento de Fábricas Ocupadas.

O principal objetivo das assessorias foi auxiliar as empresas em questões relacionadas à organização da produção: em sistemas de planejamento e controle da produção, manutenção de máquinas, estudo de tempos e movimentos, entre outras questões. Para tanto, utilizamos como métodos a Análise Ergonômica do Trabalho e a Pesquisa-Ação.

A imersão na realidade das empresas, essa aproximação ao cotidiano de trabalho, nos ajudou a compreender melhor a complexidade do processo autogestionário. Acompanhamos esses casos em um momento de crise econômica profunda,



Evento celebrado en una plaza de la Vila Operaria e Popular en junio de 2023, marcando la entrega simbólica de las placas con los nombres de las calles a sus familiares y conmemorando 20 años del MFO. En la foto están diversos trabajadores, algunos líderes de la Vila, moradores e apoyadores del movimiento. Foto: Nataly Antunes.

do país e das empresas. Na crise, os conflitos se agudizam e com o passar do tempo, as relações pessoais também se complexificam.

Para além das questões de assessoria técnica, essa nova e mais qualificada aproximação nos permitiu aprofundar reflexões sobre autogestão, aportando ao debate teórico a dimensão da contradição. Fazendo um paralelo com conceitos da ergonomia (trabalho prescrito e trabalho real), identificamos uma distância entre a autogestão real e a autogestão prescrita. Essa distância, no nosso ponto de vista, não representa o que alguns autores chamam de degeneração das experiências, mas ajudam a compreender a autogestão na prática no Brasil contemporâneo. Para além dos dois meses gloriosos e trágicos da Comuna de Paris, o que se produz em autogestão do trabalho ao longo de décadas de convívio, luta, superação e crise?

A principal crítica ao modelo capitalista que essas experiências trazem é apresentar na prática a possibilidade de gestão de empresas sem a presença de patrões. Algumas avançam e fazem essa gestão com inovações relevantes para a classe trabalhadora. Outras conseguem ampliar essa mirada e passam a se relacionar com os bairros e comunidades aos quais pertencem, desafiando a lógica instrumentalista de responsabilidade social empresarial. Ainda há as que vão além e constroem junto aos movimentos sociais uma pauta de lutas reivindicando direitos para a classe trabalhadora.

Não são todas, entretanto, que chegam a esses estágios. As necessidades cotidianas para manter em funcionamento uma empresa que entrou em falência, sem crédito fácil, tendo que ceder a todas as exigências de seus clientes, sem política pública específica para essas iniciativas, muitas vezes fazem com que as iniciativas estejam totalmente focadas “apenas” em produzir e sobreviver em um mercado extremamente hostil para elas.

Nossa visão, enquanto pesquisadores/as do GPERT, que nos aproximamos dessas experiências para compreendê-las melhor e apoiá-las, é que o fato de alguns casos não ampliarem suas lutas para além do cotidiano de sobrevivência das empresas, não invalida a importância da experiência de recuperação em autogestão para a crítica necessária ao sistema capitalista de produção. Produzir sem padrão expressa uma crítica direta ao discurso gerencialista, que sacraliza a figura do administrador de empresas e destina à classe trabalhadora a função de executora de ordens.

A experiência brasileira de recuperação de empresas por trabalhadores/as é um rico capítulo da história operária do país e apresenta uma ampla gama de experiências importantes que devem seguir como referências para a mais do que necessária contestação e superação do modo capitalista de produção. Em tempos de catástrofes climáticas e riscos de novas pandemias, as recuperações de empresas por trabalhadores/as são exemplos de resistências e lutas coletivas em defesa da vida.

#### *Textos de referência*

Araujo, Fernanda; Oliveira, Vicente; Henriques, Flávio; Sígolo, Vanessa Moreira; Pompeu, Lucca; Atolini, Tarcila. (Orgs.). *Dialética da autogestão em Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

Henriques, Flávio C.; Sígolo, Vanessa M.; Rufino, Sandra; Araujo, Fernanda S.; Nepomuceno, Vicente; Giroto, Mariana B.; Paulucci, Maria Alejandra; Rodrigues, Thiago N.; Rocha, Maira C.; Faria, Maurício S. *Empresas Recuperadas por trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

Sígolo, Vanessa M. A contrapelo: autogestão, recuperação de empresas e a Usina Catende em Pernambuco. 2015. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

#### **NOTA SOBRE O AUTOR**

Flávio Chedid Henriques, Engenheiro de Produção, com doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. É professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor do livro *Autogestão em Empresas Recuperadas por Trabalhadores: Brasil e Argentina*. Contato: flaviochedid@gmail.com

#### **NOTA SOBRE A AUTORA**

Vanessa Moreira Sígolo. Socióloga, mestre pelo Programa em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), doutora e pós-doutorada em Sociologia pela USP. Pós-doutorada em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). É Pesquisadora do Centro de Estudos SoU\_Ciência - Unifesp; articuladora do Instituto Paul Singer; e mãe. Contato: vanessa.sigolo@gmail.com